

## **DIA DO COMBATENTE – BATALHA**

**14 de abril de 2012**

GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional Excelência

Cumpre-me em nome de todos os Combatentes, da Liga dos Combatente e de todas as Associações nacionais e estrangeiras que quiseram mais uma vez estar presentes neste dia comemorativo, agradecer a vossa Ex.<sup>a</sup> ter-se dignado presidir a esta histórica e tradicional cerimónia. Vimos aqui promover a história e enaltecer os valores que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tanto tem sublinhado nas suas intervenções como Ministro da Defesa Nacional.

Agradecimentos extensivos ao Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa nacional.

Exmo. Senhor Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, como o mais alto responsável das Forças Armadas Portuguesas, é para nós uma honra a sua presença bem como a dos senhores Chefes de Estado-Maior Armada, do Exército e da Força Aérea, símbolos máximos e representantes de um conjunto de homens e mulheres que hoje, como os de ontem, estão dispostos a dispor das suas vidas na defesa militar dos interesses vitais do país. Instituição única, insubstituível na qual nos revemos como antigos combatentes e à qual nos honra ter pertencido e integrados nela, termos lutado por Portugal.

Excelência Reverendíssima Senhor Bispo das FA e de Segurança. A sua permanente presença nesta cerimónia, ao longo dos anos, tem sido um conforto espiritual que agradecemos e nos trás sempre à memória os momentos mais difíceis das nossas vidas de combatentes, pois é nesses momentos que mais rapidamente nos aproximamos de um Deus.

Exmos. Senhores Deputados à Assembleia da República

Exmo. Senhor Presidente da Câmara da Batalha

Exmos. Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais

Exmos. Senhores Adidos de Defesa de países amigos

Exmos Senhores Presidentes de Associações de Combatentes e de Núcleos da Liga dos Combatentes,

Ilustres convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Combatentes e Famílias

Mais uma vez evocamos, neste lugar histórico de Portugal, o Dia do Combatente. Neste lugar simbólico que enaltece feitos de armas do século XIV que garantiram a identidade da Nação portuguesa, foi superiormente decidido dar-lhe uma dimensão perene, ao colocar na sala do capítulo deste Mosteiro da Batalha, os restos mortais de dois portugueses que caídos na Europa e em África durante a I Grande Guerra Mundial, incorporam os sentimentos de veneração e respeito por parte de todos os portugueses para com aqueles que algum dia tiveram que, de armas na mão, bater-se e sacrificar-se pelos valores e interesses vitais do país desde a sua fundação aos nossos dias. Há precisamente 900 anos, neste mês de Abril de 1112, falecia o Conde D Henrique, senhor do Condado Portucalense, após, nesse mesmo ano, ter tomado medidas para minimização da crise e das ameaças dos Almorávidas.

Há 800 anos, em 1212, D. Afonso II viu-se envolvido em guerra com o rei D Afonso IX de Leão. O exército leonês e o de nobres exilados portugueses, atacaram e ocuparam grandes áreas da região transmontana. Nesse mesmo ano foi amenizada a crise com a assinatura de um tratado de paz entre Afonso II e o rei leonês, mas a ameaça à segurança da fronteira beirã e transmontana impediu outras expedições para alargamento do território. Cem anos depois, em 1312 crise na corte, com uma divisão no seio da nobreza e crise externa com Aragão que conduz a uma série de anos em que a política externa foi marcada pelas difíceis relações com Castela para demarcação da fronteira luso-castelhana.

Em 1412, decorridos mais cem anos, D. João I oferece-se para a conquista do reino de Granada, sem êxito, não obstante o país se debater com uma grave crise cerealífera, grassando a falta de pão e a consequente fome. Preparavam-se os meios para partir para Ceuta. Decorrido mais um século 1512 demarca-se ainda a fronteira entre D. Manuel e D. Joana de Castela, mas já se discute entre estes, os mares de cada um dos reinos e Afonso de Albuquerque prepara-se para a expedição do Mar Vermelho. Já em 1612, Portugal procurava a Índia por terra, criava a diocese de Moçambique e vivia a chamada trégua dos doze anos entre a Espanha e a Holanda. Mas em 1712 um quadro negro da situação económica do país era agravada com guerras com a Espanha e França atenuadas por uma suspensão de armas por quatro meses entre D. João V, Luiz XIV e Filipe V enquanto uma armada francesa saqueava a ilha de Santiago, em Cabo Verde.

O quadro cíclico não seria melhor passados cem anos. De facto, há precisamente 200 anos, neste mês de Abril, com o país devastado por três invasões de exércitos napoleónicos, os combatentes do exército anglo luso batia-se entre Elvas e Badajoz a sul e entre Almeida e Cidade Rodrigo a Norte, para em Salamanca garantir a sua independência e iniciar a reposição de uma devastada população e a edificação de novas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais, embora em agitada convulsão. Em 1912, Portugal, com metade da população de hoje, com 80% de portugueses trabalhando na agricultura e 75% de analfabetismo, debatia-se com a crise resultante da mudança de regime e com reformas estruturais. Logo em Janeiro de 1912 com uma greve geral em Lisboa em solidariedade com trabalhadores rurais

do Alentejo, enquanto em Londres por nota oficiosa se desmentiam os boatos de que da Inglaterra e a Alemanha haviam chegado a acordo na divisão das colónias portuguesas de África, sendo esse o começo das razões da decisão de Portugal entrar na I GG 1914/1918, ao lado dos aliados, para defesa dessas mesmas colónias.

Nessa nossa história estão também incluídos aqueles combatentes que na segunda metade do século XX se bateram ou caíram na guerra em África nos anos 1961 a 1974 bem como aqueles que a partir de 1995 caíram ou participam nas missões de manutenção ou imposição da paz e humanitárias ao serviço das Forças Armadas portuguesas. Os anos de 1918, fim da IGG, 1974 fim da guerra em África e 1995 início das Operações de Paz e Humanitárias, são para os combatentes portugueses de hoje, a memória viva que os move e comove e que os leva, há décadas, a convergir neste lugar e neste Dia de evocação de todos os Combatentes. Desta abordagem aleatória de momentos cíclicos e decisivos da nossa história, surgem-nos dois factores permanentes, sempre presentes: os combatentes organizados em Forças Armadas e o carácter nacional. A constatação dessa permanência das Forças armadas levaria Mouzinho de Albuquerque a afirmar que Portugal é obra de soldados.

Por outro lado sendo o carácter Nacional moldado através do homem português que, como referiu Jaime Cortesão é a unidade na diversidade e segundo Keyserling uma multiplicidade que alberga ao mesmo tempo tese e síntese e segundo Fernando Pessoa um bom português, ser várias pessoas, é um facto que os valores do complexo sistema cultural português, produtos desse homem e das suas vontades, sínteses do carácter nacional, estiveram sempre ao serviço do interesse nacional, nos momentos de crise ou de conflito armado. Foram os Combatentes e um carácter nacional que no século XII e XIII conduziram à formação de Portugal. Foram os combatentes e o carácter nacional que No séc. XIV conduziram à garantia independência de Portugal. No século XV nas diversas guerras com Castela e no domínio dos mares. No século XVI estiveram presentes na invasão de Portugal pela Espanha e em confrontos em várias partes do mundo. No séc. XVII nas guerras de restauração com a Espanha, na Índia, no Brasil e com a Holanda em diversos cantos do mundo. No séc. XVIII nas guerras com Espanha, Índia e África. No século XIX fazendo frente a três invasões francesas e numa guerra civil. No séc. XX na I e II Grande Guerras Mundiais e na Guerra do Ultramar.

Não houve, de facto, século da história de Portugal em que os combatentes como parte integrante dos Exércitos e das Forças Armadas portuguesas não tivessem que ser empregues mais que uma vez na defesa dos valores e interesses vitais do país. Tal significa que houve ciclos de crise que precederam ou se seguiram aos períodos críticos dos conflitos. Todos vencidos. Todos ultrapassados. Mas todos criadores de sacrifícios e de períodos de sofrimento e muito luto. Se da análise das informações estratégicas prospetivas é difícil tirar conclusões futuristas credíveis, da análise das informações estratégicas de base, como o factor histórico, é verosímil concluir ser provável que ao longo do século XXI, Portugal venha igualmente a ser confrontado

com situações que exijam do poder político, a aplicação das Forças Armadas em missões vitais para o país. São esses fatores de base e não só a instabilidade ou o tipo de ameaça de hoje, que exigem sentido estratégico e de estado, pois ninguém poderá prospetivar a situação das ameaças a Portugal nos meados ou fim do presente século.

Não parece pois aconselhável o que alguns comentadores políticos e alguns sectores da vida nacional por vezes enunciam, ou seja, a discussão da existência ou não de Forças Armadas em Portugal. Uma coisa será face a um conceito estratégico de defesa nacional e de segurança, discutir a sua organização, a sua reestruturação nalguns sectores e as suas missões, outra, discutir a sua existência. Seria discutir a existência do próprio país tal, como sempre se conheceu.

Permitam-me que cite Ortega e Gasset “... Medite-se um pouco sobre a quantidade de valores, altíssimas virtudes, de genialidade, de vital energia que é preciso acumular para por de pé um bom Exército. Como negar-se a ver nele, uma das mais maravilhosas criações da espiritualidade humana”. Hoje dia do Combatente para além de evocarmos os feitos dos nossos combatentes ao longo da história, evocamos La Lys e o 9 de Abril de 1918, sendo momento para recordarmos o que acontecia precisamente no ano de 1917, ano em que Portugal entrou na frente de combate, em França, há precisamente 95 anos. Evoquemos este 95º aniversário da entrada de Portugal na IGG, salientando factos significativos. A 2 de Fevereiro desse ano as primeiras forças do CEP começam a desembarcar em Brest e a 4ª missão militar a deslocar-se para Moçambique. A 4 de Abril de 1917 entrou em linha, há precisamente 95 anos, a primeira unidade portuguesa, dois meses depois de ter chegado a França. Nesse mesmo dia era morto o primeiro militar português António Gonçalves Curado. No mês seguinte tínhamos sofrido os três primeiros prisioneiros a que se seguiram as primeiras tropas afectadas por gases de guerra. Só em Setembro acabou de se completar a entrada da 1ª Divisão portuguesa no sector da CE britânico, estando a 2ª Divisão em reserva.

Simultaneamente, em Novembro, Portugal enviava para Moçambique a quarta expedição para fazer frente ao exército alemão e onde se viriam a sofrer 4.800 mortos em combate e por doença, para além de cerca de 100.000 civis, mas a manter intactos os interesses de Portugal e as fronteiras que ainda hoje são as fronteiras Norte de Moçambique. Ainda nesse mês de Novembro de 1917, em França, foi executada a pena de morte a que foi condenado pelo tribunal de guerra do CEP, o soldado João Augusto Ferreira de Almeida, pelo crime de traição. Foi o único caso verificado, ao contrário de centenas de casos que sucederam nos exércitos, francês e inglês. Será oportuno sublinhar que este caso do Soldado João Almeida tem despertado ultimamente alguns movimentos tendentes ao seu perdão. No que diz respeito à Liga dos Combatentes sublinha-se que esse perdão está tacitamente aceite há muito, dado que o soldado Almeida embora condenado, tem os seus restos mortais sepultados no cemitério de Richebourg, em França, ao lado dos seus 1830 camaradas, ali sepultados e caídos ao serviço da Pátria.

Foi também organizada a Esquadrilha expedicionária a Moçambique tendo o Alferes Gorgulho, saindo de Mocimboa da Praia, realizado o primeiro voo de reconhecimento em África a 7 de Setembro, tendo falecido no dia seguinte por queimaduras resultantes da queda do seu avião. Com forças na frente de combate, Portugal assiste a uma retaguarda politicamente frágil que conduziu a 5 de Dezembro à revolta de Sidónio Pais, à instalação de uma ditadura militar e à aceitação de uma proposta inglesa relativa ao CEP que o diminuiu como força representativa do país. Podemos, finalmente, concluir que no ar, no mar e em terra, os nossos combatentes comportaram-se com bravura, rusticidade, dignidade e com grande espírito de cooperação e mereceram participar nas comemorações de vitória em 1918. É pois com este sentimento de país vitorioso da história, por mais austera e difícil que ela tenha sido para os portugueses, que devemos encarar o presente e o futuro. Com determinação, com esperança, com certeza de novas vitórias como povo. Povo de cidadãos, alguns fardados sempre que necessário, que deve continuar a orgulhar-se do seu passado e a acreditar no seu futuro. É por isso que termino dirigindo-me a esse futuro. À Juventude de hoje, à criança acabada de nascer, com uma poesia de Olavo Bilac, a Pátria.

### **A Pátria**

*Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!  
Criança! não verás nenhum país como este!  
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!  
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,  
É um seio de mãe a transbordar carinhos.*

*Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,  
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!  
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!  
Vê que grande extensão de matas, onde impera  
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!*

*Boa terra! jamais negou a quem trabalha  
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...  
Quem com o seu suor a fecunda e umedece,  
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!  
Criança! não verás país nenhum como este:  
Imita na grandeza a terra em que nasceste!*